

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v17i29.702>

CABO DE GUERRA FRIA: as Ligas Camponesas de Pernambuco frente à política estadunidense para Brasil por intermédio da Aliança Para o Progresso¹

TUG OF COLD WAR: the Peasant Leagues of Pernambuco and the foreign policies of United States through the Alliance for Progress

EL CABLE DE GUERRA FRÍA: las Ligas Campesinas de Pernambuco frente a la política estadunidense para Brasil por intermedio de la Alianza Para el Progreso

PEDRO CARVALHO OLIVEIRA
Doutorando/Universidade Estadual de Maringá
Maringá/Paraná/Brasil
pedro@getempo.org

Resumo: Este trabalho tem por objetivo examinar como a vigilância empreendida pelos EUA, por meio da CIA e de seus consulados, às Ligas Camponesas de Pernambuco, estado considerado fortemente propício a levantes políticos no início do ano de 1960, sobretudo após a Revolução Cubana de 1959, gerou preocupação com as estruturas arcaicas da região rural. Projetos como a Aliança Para o Progresso (1961) almejavam contribuir para o desenvolvimento da região sob a ordem estadunidense, garantir sua hegemonia hemisférica, reduzir as possibilidades de ação das Ligas e fornecer às elites locais nordestinas subsídios às suas próprias dirigências. Para defendermos esta hipótese, observaremos como a fragmentada formação política brasileira possibilitou este processo.

Palavras-chave: Ligas Camponesas. Relações Brasil-EUA. Guerra Fria.

Abstract: this work aims to examine how the vigilance undertaken by the US, through the CIA and its consulates, to the Peasant Leagues of Pernambuco, a state considered strongly conducive to political upheavals in the early 1960s, especially after the Cuban Revolution of 1959, generated concern about the archaic structures of the rural region. The Alliance for Progress (1961) aimed to contribute to the development of the region under the American order, to guarantee its hemispheric hegemony, to reduce the possibilities of action of the Leagues and to provide the local elites of the Northeast their own hegemonies. In order to defend this hypothesis, we will observe how the fragmented Brazilian political formation made this process possible.

Keywords: Peasant Leagues. Brazil-USA Relations. Cold War.

Resumen: Este trabajo tiene por objetivo examinar como la vigilancia emprendida por los Estados Unidos, por medio de la CIA y sus consulados, a las Ligas Campesinas de Pernambuco, estado considerado fuertemente propicio a levantamientos políticos a principios del año de 1960, sobre todo después de la Revolución Cubana de 1959, generó preocupación por las estructuras arcaicas de la región rural. Proyectos como la Alianza para el Progreso (1961) deseaban contribuir al desarrollo de la región bajo el orden estadounidense, garantizar su hegemonía hemisférica, reducir las posibilidades de acción de las Ligas y proporcionar a las élites locales nordestinas subsidios a sus propias dirigencias. Para defender esta hipótesis, observaremos cómo la fragmentada formación política brasileña posibilitó este proceso.

Palabras-clave: Ligas Campesinas. Relaciones Brasil-EUA. Guerra Fría.

¹ Artigo submetido à avaliação em junho de 2019 e aprovado para publicação em dezembro de 2019.

Introdução

O problema da reforma agrária – ou de sua inexistência – foi um dos maiores enfrentados pelos trabalhadores rurais pobres da América Latina no alvorecer dos anos 1960. Décadas de trabalho em condições precárias, em regiões rurais dominadas pelo mandonismo e pela pobreza estrutural consequente destes fatores, impulsionaram os camponeses a se organizar a fim de reduzir a penúria e garantir alguma dignidade no trabalho, bem como posse de terras para a subsistência e o comércio familiar. O próprio Lincoln Gordon², embaixador dos EUA no Brasil no início dos anos 1960, reforçou a necessidade de uma ampla reforma agrária regional que respeitasse a democracia e o viés econômico liberal, defendido pelo principal nome da Aliança Para o Progresso (APP). No Brasil, mais especificamente na região Nordeste, um dos maiores exemplos deste cenário, as lutas dos trabalhadores rurais no início da sexta década do século XX expunha de forma tão visceral o pauperismo histórico ali localizado que suas imagens se arremessavam para além do território nacional.

Em um memorando enviado à Casa Branca ainda sob a administração de John F. Kennedy em 1963, Teodoro Moscoso, um dos coordenadores da APP alocado no Brasil, afirmava categoricamente que a postura do projeto diante da realidade brasileira era complicada desde o começo devido à situação especial na qual se encontrava o Nordeste, naquele momento a maior área de extrema pobreza na América Latina “(23 milhões de pessoas, renda per-capta abaixo de 100 dólares). Reconhecendo esse problema e a instabilidade social dessa área, o governo dos EUA se comprometeu em fornecer 131 milhões de dólares em assistência”³. Um relatório da *Central Intelligence Agency* (CIA) de 1964, emitido logo após à deposição de João Goulart, informava o *Department of State* que mesmo após o controle Federal ter passado para as Forças Armadas, a violência campesina vinha sendo “ligeiramente atribuída ao largo número de camponeses organizados e liderados por comunistas”⁴, sinalizando para a necessidade de banir a esquerda dos movimentos de trabalhadores rurais e oferecer subsídios para uma reforma agrária empreendida e controlada pelo lado direito.

² GORDON, Lincoln. *O progresso pela Aliança*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1962.

³ AGENDA FOR BRAZIL STRATEGY REVIEW SESSION. *Opening the archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library, 1963. p. 9. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:669002/>

⁴ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *How communists sabotage agrarian reform*. CIA Digital Library. CREST, General CIA Records, classification K, 1961. 4. p. REPORT. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/document/cia-rdp78-03061a000300010014-4>.

Dentre tantos elementos presentes nestes fatos, dois serão destacados por nós para que possamos fazer um exame mais preciso de seus processos de desenvolvimento. Primeiro, o entendimento sobre a existência de movimentos camponeses organizados no Nordeste do Brasil engajados na transformação das relações sociais e principalmente de trabalho, estivessem eles sob a influência de intelectuais de esquerda ou não. Segundo, a compreensão de que estes movimentos, sérios candidatos a se tornarem protagonistas em enfrentamentos que colocavam em cheque a hegemonia das forças políticas locais brasileiras, bem como a hegemonia estadunidense em nosso hemisfério no cenário da Guerra Fria, chamaram a atenção do “Grande Irmão do Norte” ao ponto de seus administradores, junto a estas elites nordestinas (intelectuais, políticas e econômicas), buscarem meios para frear o avanço de tais movimentos.

As Ligas Camponesas expressam de forma límpida a organização campesina em suas lutas contra o clientelismo e, por que não dizer, contra o servilismo das relações estabelecidas naquela época pelos latifundiários nordestinos em um sistema herdeiro do antiquado processo colonizador. Expressam também um dos modelos históricos de organização de trabalhadores rurais mais visados pelas dirigências ligadas ao latifúndio, uma vez que constituíam um motor que impulsionava seus agentes numa direção contrária àquela necessária para a manutenção do *status quo* da região Nordeste. Sendo assim, disputava espaços de poder com potenciais aliados dos estadunidenses lançados em sua cruzada pela manutenção do progresso democrático liberal. Por essa razão, será o alvo de nossa análise e instrumento para compreendermos como o Nordeste do Brasil converteu-se em um dos pontos cruciais almejados pela dirigência internacional estadunidense na Guerra Fria.

Tendo isso em vista, o objetivo deste artigo é discutir como as Ligas Camponesas foram investigadas pela CIA e pelo *Department of State* por meio de suas embaixadas e consulados no Brasil, sobretudo a localizada em Recife, capital do estado mais politicamente efervescente do Nordeste naquele período – classificação com a qual os EUA concordavam –, região onde as Ligas foram profundamente acusadas de serem uma consequência inevitável da pobreza extrema existente no sertão do estado. Nossa escolha em dar foco às Ligas pernambucanas justifica-se pelo fato de sua inserção neste contexto político específico ter permitido a elas serem mais visadas pelos instrumentos de vigilância estadunidense. Assim, tanto as Ligas quanto o seu território de atuação foram explorados como férteis receptores de ideias subversivas, portanto um “perigo” a ser contido pelos interessados no projeto estadunidense. Esse processo foi, ao nosso ver, parte de um mais amplo que objetivava

reforçar a hegemonia estadunidense sobre a região, sem apelar, a princípio, à necessidade de intervenção bélica.

Devemos ter em mente que o direcionamento da atenção estadunidense ao Nordeste e de sua atuação por meio da APP foi estimulado por um fator decisivo: a formação histórica e política do território nacional brasileiro. Em face das relações paternalistas enraizadas no país, procedentes de seu projeto colonizador e posteriormente de seu regime imperial, as forças políticas dirigentes do Nordeste, dotadas de relevante autonomia, constituíram-se em aliados peculiares dos EUA. Pretendemos examinar detalhadamente como isto ocorreu.

“Sinal vermelho no Nordeste”: a Aliança Para o Progresso se volta à região

Em 07 de julho de 1962, uma edição especial da revista “O Cruzeiro” tinha sua capa estampada por uma foto de Francisco Julião, então deputado estadual de Pernambuco, associado pela mídia e por seus opositores a uma postura de agitador, demagogo e simpático a Fidel Castro. Ao lado de sua foto, podemos ler: “Nordeste: sinal vermelho”. Mais adiante, em sua contracapa, os dizeres “Pernambuco: democracia em pânico” surgem em letras garrafais. A longa matéria escrita por Glauco Carneiro teve como objetivo mostrar que a região Nordeste e principalmente Pernambuco tornaram-se os berços da subversão comunista no Brasil (daí a metáfora quanto à cor vermelha no título da matéria), onde os movimentos de trabalhadores rurais exauridos pela penúria passavam a converter cada dia em um a menos para a existência da democracia cristã e capitalista⁵.

Dois anos antes, o correspondente do *The New York Times* Tad Szulc, enviado especialmente para o sertão do Nordeste brasileiro, deu seu testemunho sobre o que viu em Pernambuco. Segundo sua reportagem, “as perspectivas de uma situação revolucionária estavam aumentando naquela área do Nordeste brasileiro, sob a pressão do pauperismo generalizado e agravado pela calamidade das secas periódicas”. Diante desse problema, “as Ligas Camponesas, infiltradas pelos comunistas [...] tornaram-se um fator político importante nesta área”⁶. Era preciso investir no desenvolvimento e na modernização daquele lugar antes que os soviéticos o fizessem, declarava seu texto.

Entre a primeira e a segunda reportagem supracitadas, a administração de John F. Kennedy lançou a Aliança Para o Progresso, projeto iniciado em 1961 e do qual o próprio

⁵ CARNEIRO, Glauco. Nordeste: sinal vermelho. *O Cruzeiro*, p. 35-127, 7 jul. 1962.

⁶ CASTRO, Josué de. *Sete palmas de terra e um caixão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967. p. 150.

presidente era um grande entusiasta. Em linhas gerais, a APP fora criada sob a égide da “teoria da modernização” que, encabeçada por nomes como W. W. Rostow, fazia amplo uso das ciências sociais e de seus conhecimentos analíticos e racionalistas para mostrar as diferenças comparativas entre as sociedades ditas tradicionais (subdesenvolvidas) e modernas (desenvolvidas, tendo os EUA como ponto de referência), bem como o que era necessário para transformar um país na primeira condição em um país dotado das qualidades da segunda⁷. Portanto, trata-se de uma teoria que colocava os EUA e alguns países da Europa Ocidental como modelos a serem seguidos pelas nações do chamado Terceiro Mundo. A APP seria um importante mecanismo que, em teoria, responsabilizar-se-ia por desenvolver os países da América Latina, potenciais parceiros dos EUA por sua proximidade geográfica e política, de forma cooperativa por meio de incentivos econômicos a projetos nacionais que norteassem a aproximação destes países com a dinâmica do capitalismo ocidental, afastando-os da tentação socialista.

Tratava-se a APP de uma benevolência estadunidense? De forma alguma. Devemos lembrar o contexto no qual o projeto foi concebido e o panorama político de seu principal alvo: a América Latina, onde os EUA enxergavam um amplo mercado consumidor e fornecedor de matérias primas. Em 1959, a Revolução Cubana deu fim à ditadura de Fulgêncio Batista e, guiada por forças nacionalistas, ceifou a influência determinante dos EUA sobre a ilha, criticando enfaticamente seu papel dito imperialista na região. Embora fosse mal visto pelos estadunidenses, o processo revolucionário ganhou contornos mais ameaçadores quando assumiu seu viés marxista-leninista, alinhando-se à União Soviética e tornando-se o primeiro país socialista da região.

Subsequente a este acontecimento, os países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) encontraram-se em Punta Del Este, no Uruguai, para tratar do assunto a pedido dos estadunidenses. Aos EUA era interessante que os países latino-americanos apoiassem as medidas punitivas ao recém-estabelecido regime cubano, que iam desde a retirada do país da OEA até represálias econômicas. O apoio a estas medidas ficou longe de ser unânime. Inclusive, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México abstiveram-se da votação que definiria os rumos da posição regional sobre os revolucionários⁸. A abstenção do Brasil, representado pelo ministro das relações exteriores San Tiago Dantas, preocupou demasiadamente os EUA. Afinal, por que o maior país do Cone

⁷ LATHAM, Michael E. *Modernization as ideology: American social science and Nation Building in the Kennedy Era*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2000.

⁸ NETO, H. F. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. *Revista Brasileira de Política Internacional*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 129-151, 2005.

Sul e um dos mais importantes parceiros históricos do Tio Sam rejeitou um posicionamento mais claro e favorável às suas pretensões?

Evidentemente, a postura do Brasil em Punta Del Este apenas sublinhava a dinâmica de sua política internacional, organizada em torno da chamada Política Externa Independente (PEI) adotada por Jânio Quadros e continuada por João Goulart. Compreendendo a necessidade de se desenvolver, o Brasil passava, por meio da PEI, a adotar uma posição de não-alinhamento dentro da Guerra Fria, onde EUA e URSS disputavam influência política e mercados em todo o globo. Neste sentido, o Brasil equilibrava as relações com ambos os blocos sem fechar as portas para qualquer uma das potências, visando, assim, possibilidades de mercado, de parcerias, de apoio, entre outras coisas⁹.

Em todo caso, o não alinhamento brasileiro, embora criticado, não desanimou o ímpeto estadunidense de reforçar sua influência na região. Lincoln Gordon¹⁰, embaixador dos EUA no Brasil e importante nome para a APP, chegou a chamar os países não alinhados, como o Brasil, de neutralistas e dizer que frequentemente imaginava como estes países se sentiriam se os EUA decidissem “unilateralmente desistir da luta e nos retirássemos para nosso continente norte-americano relativamente autossuficiente por trás de vastos oceanos”, acusando as nações latino-americanas de estarem sendo unilaterais ao não se posicionarem imediatamente junto aos EUA (enquanto este se sacrificava para levá-los à modernização), afirmando seu compromisso com a potência e dando as costas de vez para os soviéticos. Apesar disso, a Carta de Punta Del Este estabeleceu o compromisso dos EUA com a modernização da América Latina, inclusive do Brasil, para evitar que Cuba se tornasse um exemplo viável, compreendendo que criticar excessivamente os países que se abstiveram do voto poderia inflamar um antiamericanismo já bastante discutido e, então, aproximá-los de Moscou.

Para isto se efetivar, o programa motorizou o desejo e as tentativas dos EUA de “usar ajuda econômica para garantir que o desenvolvimento da América Latina efetivasse o fortalecimento de políticos pró-EUA e criasse condições econômicas que limitariam o apelo de forças anti-EUA e pró-comunismo”¹¹. Ou seja, o carro chefe do bloco capitalista enxergava na pobreza e no subdesenvolvimento econômico a origem da aceitação do socialismo, situação da qual a política soviética se aproveitaria para disseminar sua ideologia. Cuba era

⁹ FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo – O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹⁰ GORDON, op. cit., p. 111.

¹¹ TAFFET, Jeffrey F. *Foreign aid as foreign policy: the Alliance for Progress in Latin America*. Nova Iorque: Routledge, 2007. p. 2. Tradução nossa.

para os EUA uma clara evidência disso, sobretudo porque a APP, sustentada pela “teoria da modernização”, desejava chegar com antecedência aos outros países da América Latina num período em que a URSS almejava se “lançar às periferias subdesenvolvidas, destruir a credibilidade internacional dos EUA e minar os sistemas políticos e alianças econômicas que seu antagonista tentasse estabelecer”¹², o que já teria ocorrido com sucesso em Cuba segundo a narrativa estadunidense da Guerra Fria.

Como foi bem dito por Joseph Page¹³ em sua análise sobre as especificidades do movimento camponês brasileiro:

Quando os assuntos envolvendo as Ligas levantaram interesse no mundo inteiro no início dos anos 1960, observadores externos tenderam a ignorar fatores cruciais como o regionalismo, reforçado por tradições culturais enraizadas. Foram ágeis em presumir que uma “revolução” no Nordeste poderia inflamar sublevações em todo o país, para ver as Ligas em termos da Guerra Fria, e para defender comparações com Cuba. Porém, a questão mais relevante naquele momento não era se Francisco Julião seria um novo Castro, mas se ele poderia se tornar outro Padre Cícero ou Antônio Conselheiro.

A leitura do que nos diz o autor é fundamental para pensarmos que, primeiro, o movimento camponês brasileiro, assim como a região Nordeste e o Brasil eram mais complexos e não necessariamente idênticos ao cenário cubano. O modelo castrista, surgido em “termos da Guerra Fria”, parecia conveniente para aplicar a todos os “agitadores” de países pobres da América Latina com alguma perspectiva revolucionária. Era uma novidade que havia chamado a atenção dos EUA de forma aguda. A proximidade geográfica com o Brasil era também fator de preocupação. Porém, com isso em vista os EUA esqueceram que embora pudessem não ser novos Castros, alguns líderes políticos poderiam se comportar como outros do passado, profundamente atrelados às raízes culturais da região e também do país. Nota-se, em segundo lugar, como os observadores externos estavam sujeitos a uma pouca compreensão da atuação das Ligas, além da possibilidade de estarem presos a um modelo que alcançou sucesso em sua empreitada. Mais importante para os EUA parecia ver tudo como comunismo, rejeitando detalhes e apressando medidas intervencionistas. Justamente por isso Pernambuco era um estado privilegiado pela vigilância estadunidense.

É por isso que a APP investiu de forma singular no Nordeste brasileiro. Tratava-se de uma região particularmente pobre, com um sistema social arcaico e um modo de produção superado insistente que atravancavam o seu desenvolvimento. Além disso, os trabalhadores

¹² LATHAM, op. cit., p. 2. Tradução nossa.

¹³ PAGE, Joseph A. *The revolution that never was: Northeast Brazil, 1955-1964*. Nova Iorque: Grossman Publisher, 1972. p. 29.

rurais começavam a ganhar significativo espaço no cenário das lutas sociais em um palco comparado a Cuba incansavelmente por documentos diplomáticos. O Nordeste do Brasil poderia ser, segundo essa retórica diplomática, o laboratório onde uma nova Cuba estava sendo gestada e por isso merecia cobertura. Atenção especial deveria ser dada às Ligas Camponesas de Pernambuco, devido à sua expressividade contingencial e o apoio de políticos em cargos institucionais.

Além do mais, Pernambuco era visto como estado chave do Nordeste brasileiro “graças à sua posição geográfica [...] e pelo fato de sua capital Recife, terceira maior cidade do país, ter sido tradicional reduto comercial, industrial e importante centro de atividade cultural e política da região”¹⁴. Os meios para impedir a ação das Ligas, bem como as formas por meio das quais estes foram efetivados, dizem muito sobre a importância deste movimento num contexto de crise tanto da política brasileira quanto da política externa estadunidense, além de revelar a importância dos EUA estabelecerem alianças políticas com as dirigências de um estado com tamanha importância naquele momento.

A APP e os milhões de dólares fornecidos por ela, como já dissemos, foram usados de forma robusta para este fim. Entre 1961 e fins de 1963, os EUA desembolsaram somente para projetos de desenvolvimento criados no estado de Pernambuco um montante de um milhão de dólares (equivalente a quase dois milhões de cruzeiros), além de um empréstimo de 3.450.000 dólares, valores que seriam investidos na construção de escolas, no abastecimento de água, no combate à fome, em subprojetos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), entre outras coisas¹⁵. Em troca, o apoio das forças políticas locais aos desejos hegemônicos estadunidenses na região (inclusive em seus futuros embates com o governo federal brasileiro) deveria ser, no mínimo, considerado. Atravancar a organização de trabalhadores rurais em lutas camponesas, por outro lado, era fundamental.

As Ligas Camponesas em Pernambuco sob a vigilância estadunidense

Em sua clássica obra sobre a formação das Ligas Camponesas no Nordeste e os motivos causadores de sua existência – fundamentalmente, a pobreza e a exploração –, Josué de Castro¹⁶ levanta um questionamento pertinente: por que os camponeses do sertão de

¹⁴ BRUBECK, William H. *AID Program and U.S. Policy in the State of Pernambuco, Brazil*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, 1963. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:669036/>

¹⁵ Ibid.

¹⁶ CASTRO, op. cit., p. 24.

Pernambuco, que em vida nada possuíam, nem mesmo seu corpo, alugados aos donos de terras, no início dos anos 1960 desejavam tão fortemente o direito de serem enterrados e possuírem um chão para isso, uma vez que enquanto vivos pareciam, durante muito tempo, tão apáticos e conformados com a ausência de posses? Ele, em seguida, nos diz que “tudo isso só tem sentido quando a gente compreende que, para os camponeses do Nordeste, a morte é que conta, não a vida, desde que, praticamente, a vida não lhes pertence”.

O Nordeste foi, desde o início da colonização brasileira, uma região importante. O plantio da cana de açúcar e os portos exportadores eram majoritariamente estabelecidos lá, bem como era para lá que se destinavam grandes quantidades de escravos para trabalhar na indústria do açúcar. A grande quantidade de ex-escravos, submetidos ao novo sistema capitalista do final do século XIX, expandir-se-ia. Para controlá-los, para controlar suas reações, foram necessárias reações ainda mais agudas por parte dos altos estratos sociais que precisavam se adequar ao novo modo de produção e manter sua posição socioeconômica. Um traço do capitalismo imposto ao Brasil por forças externas, quando suas elites ainda se sentiam satisfeitas em manter cativos¹⁷, ideário que não desapareceu da noite para o dia, mas foi reformulado. Isso marcou em muito as relações entre latifundiários, antigas famílias donas de engenho, e os novos trabalhadores rurais livres.

Pernambuco foi desde meados do século XVI uma das regiões produtoras mais lucrativas para o mercado açucareiro brasileiro. Até 1580, possuía cerca de dezesseis engenhos – número considerado bastante sólido para a época – produzindo açúcar para o mercado europeu. Além disso, por volta deste mesmo ano a capitania possuía um total de aproximadamente dois mil escravos africanos, que compreendia um terço da força de trabalho utilizada na produção do açúcar. Junto com a Bahia, era a região com o maior contingente de escravos do Brasil¹⁸.

Devemos levar em conta também que a evolução histórica do Brasil desde a sua colônia foi marcada pela presença forte do Estado, ocorrida de maneira crescente e manifestando-se por meio do autoritarismo e do paternalismo, estrutura herdada do Estado português do século XV que assumiu diferentes formas ao progredir da colonização, mantendo seus aspectos mesmo após a independência do Brasil. Assim, fosse pela omissão do Estado, “que renuncia ao exercício, de fato, do poder público em favor dos grupos dominantes locais”, fosse “por sua ação direta, o autoritarismo se torna o vetor principal do poder

¹⁷ Ibid.

¹⁸ KLEIN, H. S.; LUNA, F. V. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2010.

central”, formando naquele momento “com o caráter paternalista, o traço de união do binômio Estado-Nação”¹⁹.

Com isso, o poder dos senhores de terra no Brasil durante a colônia sujeitou, em certa medida, o poder da coroa ao de uma fiscal, mas autoritária e paternalista quando conveniente para fins de preservação de seu território. Desvencilhar-se desse autoritarismo era manobra comum entre os poderes locais. Como sequela disso, o controle da metrópole sobre a colônia omitiu-se consideravelmente em relação aos poderes locais, responsáveis efetivos pela ocupação, embora barganhasse com eles a permanência dessa autoridade em grande medida. Aí está a raiz do coronelismo brasileiro, cuja germinação foi extraordinária no Nordeste: uma espécie de versão brasileira do feudalismo europeu, com traços ainda presentes no decorrer do século XX²⁰. Em troca dessa omissão, o poder central poderia contar sempre com o poder local para garantir sua legitimidade e vice-versa. Essa relação alterou-se pouco após a independência, quando poderes locais já haviam se firmado.

A tradicional imbricação Estado-capital, percebida por Bursztyn²¹, referenciada acima ocorreu, em relação ao Nordeste, mais por omissão do Estado do que por intervenção dele. Desde muito cedo, os mecanismos intervencionistas do Estado foram apropriados pelas dirigências do Nordeste, servindo muito mais como instrumento de manutenção das estruturas sociopolíticas e econômicas da região do que de transformação delas. Os mecanismos de intervenção criados pelo Estado eram tomados pelas dirigências locais que, em reação à mudança de status de sua região (neste caso, o Norte), evocavam a retórica do esquecimento, da exclusão, de serem preteridos em nome da industrialização burguesa que desmontava a pirâmide social do engenho e criava uma nova no Centro-Sul a ser irradiada para todo o país.

Iná Elias de Castro²² entende que essa reação pressupôs “estratégias da elite nordestina para preservar o status quo politicamente favorável à sua posição na sociedade local”, ou seja, seu poder independente quanto ao poder central no contexto em que se firma o Nordeste nos anos 1960. “Subsequentemente, o Nordeste é tratado como um locus de elaboração e ação política que se materializa na organização do espaço regional” pelas elites, inclusive na criação política do Nordeste, da SUDENE e da chamada “indústria da seca”. As elites assim forjaram a imagem do Nordeste pobre como se elas também sofressem as mazelas da pobreza – perda de lavouras, de animais, de trabalhadores migrantes – e naturalmente

¹⁹ BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 17.

²⁰ SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

²¹ BURSZTYN, op. cit.

²² CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992. p. 17.

prejudicado, reforçando inclusive perspectivas pseudocientíficas de ideólogos como Oliveira Vianna, que viam a região como atrasada por seu perfil miscigenado e climaticamente desfavorável, embora não compactuassem com o racismo presente em tais análises.

Ainda segundo a autora, com quem concordamos neste ponto:

A relação seca/recursos, inserida no sistema político – haja vista sua frequência – desdobra-se naturalmente na atribuição de responsabilidade à União para com o Nordeste e, conseqüentemente, no suposto de que as soluções dos problemas regionais escapam à vontade da sua elite [...] a seca deve ser enfrentada como inexorável e não como fenômeno climático, passível de ser controlado com técnicas adequadas.²³

Com isso, a culpa das secas, da pobreza e da fome não seriam dos latifundiários e políticos, nem mesmo de séculos de exaurimento dos recursos naturais pela indústria açucareira, mas do poder central e de sua ignorância quanto aos problemas da área. A agudização da seca no sertão nordestino não é, assim, mera consequência do efeito climático, mas também do sistema produtivo vigente até fins do século XIX. Podemos auferir disto que os recursos providos pelo poder central destinados ao saneamento destes problemas jamais eram consistentemente utilizados para isso, visto que o problema persistia – bem como a insistência das elites políticas nordestinas quanto à natureza deles. No entanto, a dinâmica era necessária para o poder central garantir sua legitimidade junto aos poderes regionais quando aquele se mostrasse inclinado a apoiar este.

A persistência destes problemas e das diligências camponesas em receber uma fatia dos dividendos detidos por seus patrões acabaram por irrigar a necessidade de organização dos trabalhadores rurais que deu vida às Ligas Camponesas em Pernambuco. Embora suas origens sejam anteriores, podemos dizer que o momento em que despontaram politicamente foi o início dos anos 1960, quando o Brasil passava, em menos de quatro anos, por duas eleições presidenciais, a renúncia de Jânio Quadros, a ascensão indesejada de João Goulart, sua submissão a um sistema parlamentarista que lhe retirava plenos poderes, o fim desse sistema, a efetivação de sua presidência, sua rejeição, a radicalização de seu discurso – inclusive prometendo tirar do papel uma reforma agrária sem precedentes – e o golpe que o destituiu.

Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco era o nome da instituição criada por João Firmino e seus companheiros do Engenho Galileia que, mais tarde, seria conhecida como uma das Ligas Camponesas nordestinas de maior importância. O

²³ Ibid., p. 197.

objetivo era que, por meio dela, os camponeses se beneficiassem de recursos para serem enterrados com seus próprios caixões, não mais com o da prefeitura de Vitória do Santo Antão, em Pernambuco, que deveria ser devolvido logo após o enterro do corpo. No entanto, o apelido dado pelos conservadores em sua desconfiança foi o que “pegou”: Liga Camponesa. O objetivo desse apelido era ressaltar o perigo que poderia representar uma união como aquela, num momento em que organizações revolucionárias pareciam despontar no Nordeste.²⁴

A ofensiva dos setores conservadores, no qual se incluem as forças políticas rurais, denota tanto a sua situação frente ao surgimento das Ligas quanto o poder das referidas forças. Afinal, embora no início dos anos 1960 “a sindicalização rural estivesse prevista na Consolidação das Leis Trabalhistas, fosse compatível com os termos da Constituição de 1946 e anunciada como meta de diversos governos, era barrada pela pressão do bloco agrário”²⁵. Isso explicita o fato de que organizações de trabalhadores não eram bem vistas no campo e dificilmente resistia às pressões de suas lideranças associadas a um estamento social considerado superior. Tendo isso em vista, os camponeses, muito longe de serem apenas marionetes do mandonismo ou do socialismo, buscaram no âmbito das leis os direitos de se organizarem.

Além disso, o envolvimento de um advogado, como Francisco Julião, e de forças políticas progressistas com a Liga deu-se em decorrência da forte reação dos donos de terra às reivindicações mínimas dos camponeses. Em algumas ocasiões, forças ostensivas foram acionadas para interditar as associações e impedir a concretização de ações dos trabalhadores rurais. Tornando pública a opressão sofrida pelos camponeses, então interessados na organização, na conquista de direitos básicos e em condições dignas de trabalho, estas forças políticas progressistas acabaram levando as demandas das Ligas às instituições governamentais da região²⁶

Alertado por outros latifundiários a respeito do “perigo” que aquela Liga representava, suspeita de envolvimento com o comunismo, o dono do Engenho Galileia Oscar Beltrão exigiu o fechamento da Liga, resultando em resistência imediata dos trabalhadores e mudando os rumos dos propósitos inicialmente pensados para a organização. Ao passo em que os camponeses estavam sendo obrigados a se retirar do engenho, foi necessário buscar o auxílio

²⁴ CASTRO, op. cit.

²⁵ MONTENEGRO, A. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. *Projeto História*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 394, 2004.

²⁶ MOTTA, Márcia Maria Menendes; ESTEVES, Carlos Leandro Silva. Ligas Camponesas: História de uma luta (des) conhecida. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da História*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 243-257.

de um advogado para impedir que homens e mulheres há tanto tempo alocados ali perdessem seus direitos. Pela pouca quantidade de recursos, os camponeses da Liga tiveram a ajuda voluntária de Francisco Julião, cujos serviços já eram prestados a causas semelhantes. Ao passo em que as investidas judiciais mostravam-se pouco efetivas frente a leis que apoiavam os latifundiários (muitas vezes por estes latifundiários serem também parlamentares), Julião buscou interceder usando sua posição política, sendo ele deputado estadual por Pernambuco, membro do Partido Socialista Brasileiro, tornando-se assim um visado “agitador social” por sua simpatia ao castrismo e ligação com o socialismo cubano.

A desconfiança quanto a Julião é atestada em diferentes documentos dirigidos ao *Department of State*, a exemplo de um produzido pela CIA em 1961²⁷, no qual a agência diz que o bloco soviético estaria, por meio de seus aliados brasileiros, oferecendo subsídios aos estados do Nordeste, região pela qual teriam interesse em disseminar sua ideologia para o restante do Brasil. No entanto, o relator especula e faz afirmações sem apresentar provas. Comenta que os soviéticos, bem como a Alemanha Oriental, pretendiam fornecer ajuda em diversos setores, inclusive no desenvolvimento fabril, garantindo a ampliação de sua rede. Outras contribuições viriam de países do bloco socialista como a República Checa, a Polônia e a Hungria, por meio da perfuração de poços, irrigação e verba para energia, tudo isso ainda durante o governo de Jânio Quadros, cuja desconfiança por parte das elites, após o presidente receber em Brasília e condecorar Ernesto “Che” Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, era gritante.

A imprensa de Recife teria noticiado que Mikhail P. Georgadze, chefe de uma missão soviética, oferecera milhões em recursos para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, além de técnicos para analisarem as regiões castigadas pela seca. Ao que parece, o interesse da URSS mostrou-se muito mais institucional do que civil, ao menos de acordo com o que surge no relatório. Pouco é detalhado sobre as ações externas dos comunistas nas Ligas Camponesas, por exemplo, mas o destaque ao possível contato de Francisco Julião com Cuba, auxiliando nesta triangulação, é marcante.

Não é possível negar o envolvimento de Julião com o socialismo castrista visto que sua admiração pelo regime cubano é flagrante em diversos momentos. De fato, não é segredo algum que ele tenha de fato agido como líder intelectual das Ligas em Pernambuco, o que deve ser ressaltado aqui para que tenhamos um panorama mais completo dos personagens

²⁷ CIA. *Soviet bloc interests in Brazil's northeast* Central Intelligence Agency. CIA Digital Library. CREST, General CIA Records, classification K, 1961. 7 p. REPORT. <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79S00427A000500040035-3.pdf>.

envolvidos nesta trama. Tanto na obra “Que são as Ligas Camponesas”²⁸ da coleção “Cadernos do Povo Brasileiro”, quanto em “Cambão: a face oculta do Brasil”²⁹, ambas escritas pelo próprio Julião e, portanto, mais útil a nós como documento do que como fonte bibliográfica, sua simpatia por Fidel Castro é aparente. Mais do que isso, sua ida aos países soviéticos apontava para uma aproximação intensa com o bloco.

Segundo um telegrama do consulado estadunidense em Recife, assinado pelo cônsul Ernst S. Guaderrama e datado de 22 de outubro de 1960, outro exemplo do receio dos EUA quanto à aproximação entre Julião e as Ligas deu-se pela sua ida à Bulgária para representar o Brasil na Conferência Internacional de Juristas Democráticos, seguida de um convite de Mao Tsé-Tung para conhecer Peiping e para possíveis visitas a outros países socialistas³⁰. Documentos como este, entre tantos outros, insistem que Julião era o líder das Ligas Camponesas e retiram da organização dos trabalhadores rurais sua autonomia, já constatada antes do deputado converter-se em advogado e organizador do movimento. Além do mais, reduz qualquer possibilidade de pensar as Ligas apartadas da imagem de serem células soviéticas de agitação, como queriam os estadunidenses e grande parte dos latifundiários brasileiros.

Os políticos pernambucanos possuíam uma visão consonante. Para o governador de Pernambuco em 1961, Cid Sampaio, a situação do estado diante da força adquirida pelas Ligas, que ele acusava de sofrerem infiltrações por parte de movimentos comunistas congêneres aos entranhados em outras organizações políticas, era alarmante. Tamanha preocupação o levaria a telefonar para o cônsul Albert A. Rabida convicto de que seu apelo seria ouvido: ajuda financeira estadunidense a ser disponibilizada num período de trinta dias, para barrar movimentos de orientação comunista em Recife e no Nordeste. Sampaio foi elogiado pelo cônsul por seu cuidado em atentar para a questão e por seus esforços em desenvolver projetos que ajudariam o estado a se beneficiar da recém criada APP, mas também soube que era necessário colocá-los em prática, pois de outra forma a ajuda financeira estadunidense levaria tempo a chegar, devido à alta complexidade em conseguir autorização para tal despesa sem que isso fosse feito à sombra do projeto ou, no mínimo,

²⁸ JULIÃO, Francisco. *O que são as Ligas Camponesas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

²⁹ JULIÃO, Francisco. *Cambão: a face oculta do Brasil*. Recife: Edições Bagaço, 2013.

³⁰ GUADERRAMA, Ernest A. *Ligas Camponesas leader tours behind the Iron Curtain*. Relatório de 22 de outubro de 1960. NARA, rolo 02, 73200/92060-73200/702861, slide 190. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

triangulado pela SUDENE³¹. Estes cuidados se reduziriam enormemente com o avançar das Ligas, como veremos mais à frente.

Este fato revela três importantes evidências. Primeiro, que as dirigências políticas regionais não estavam dispostas a tolerar movimentos sociais “subversivos”, algo predominante na política brasileira especialmente com a agudização do cerco à presença soviética como parte dos desdobramentos da Guerra Fria, da Revolução Cubana e da atuação de seus atores na América Latina. Segundo, que o pedido de ajuda feito por Sampaio atropelava (ou tentava assim proceder) a lógica tradicional desse repasse financeiro, que deveria passar primeiramente pelo governo federal e só depois ser entregue ao governo dos estados. Terceiro, que os EUA entendiam o problema que isso gerava e a necessidade de fazer valer o protocolo, lamentando não poder dispensá-lo.

Para que processos semelhantes pudessem ser agilizados, as Ligas foram amplamente comparadas pelos estadunidenses a movimentos revolucionários congêneres ao cubano, ao passo em que o Nordeste era comparado a Cuba (em termos geográficos, econômicos, sociais, políticos) em uma razoável quantidade de documentos da inteligência e da diplomacia estadunidense, reforçando o alarmismo quanto à presença do socialismo no hemisfério. Em junho de 1962, estava claro para a CIA que Pernambuco alojava o maior contingente de trabalhadores rurais associados às Ligas, supostamente fundadas por “comunistas agitadores” e, naquele momento, dominada de forma quase hipnótica por simpatizantes do castrismo³², reforçando as motivações das súplicas de Cid Sampaio. Para o consulado dos EUA em Recife, Pernambuco era, desde 1960, a “capital comunista do Nordeste”³³.

Feita esta construção que impedia oscilações quanto à compreensão da natureza ou da ação política das Ligas, forças políticas regionais brasileiras buscaram intervir e remediar a presença delas, sempre com o aval dos latifundiários, mas raramente do governo federal, diziam elas. É o que podemos constatar na declaração dada pelo mesmo Cid Sampaio quando, em 1961, conversou com o consulado estadunidense sobre a situação do estado. Segundo ele, Jango, já empossado, não fornecia socorro econômico para Pernambuco barrar

³¹ GUADERRAMA, Ernest S. *Governos Cid Sampaio claims financial aid within 30 days to forestall communist orientation of Pernambuco and northeast Brazil*, relatório de 06 de janeiro de 1961. NARA, rolo 02, 73200/92060-73200/702861, slide 557. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

³² CIA. *Peasant Leagues in northeast Brazil* Central Intelligence Agency. CIA Digital Library. FOIA, FOIA collection, classification U, 1961. 11 p. SUMMARY.

³³ GUADERRAMA, Ernest S. *The elections in the Northeast*, relatório de 09 de outubro de 1960. NARA, rolo 02, 73200/92060-73200/702861, slide 141. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

as Ligas e os “esquerdistas”, mas não estaria poupando esforços para dar ajuda a estados e cidades governados por políticos com inclinações à esquerda, a exemplo de Recife, administrada pelo prefeito Miguel Arraes (que em 1963 se tornaria governador do estado, causando enorme dor de cabeça aos EUA), acusado por Sampaio de comunista. Trata-se claramente de uma barganha: forneça-nos dinheiro que lhes forneceremos apoio. Feito isso, o governador ressaltou que estados como São Paulo eram autossuficientes e não necessitariam de uma ajuda estrangeira que, certamente, os EUA poderiam fornecer a Pernambuco em maiores quantidades usando a APP³⁴. O dinheiro compraria a solução necessária aos EUA e aos latifundiários.

No ano seguinte, Albert Rabida informou ao *Department of State* que o comandante do IV Batalhão do Exército, general Artur Costa e Silva (que seria o segundo presidente militar da ditadura iniciada em 1964), havia lhe repassado dados alarmantes sobre o potencial militar das Ligas, fato que pressionou sobremaneira os EUA a agilizarem repasses financeiros ao Nordeste. Segundo estes dados, o contingente desta organização de trabalhadores rurais era de 60 mil membros em todo o Nordeste, sendo que a maior parte deles concentrava-se em Pernambuco (entre 10 e 20 mil pessoas)³⁵. Não surpreende que nas vésperas de sua ida ao Nordeste ainda em 1962, Merwin L. Bohan, oficial de assuntos estrangeiros, tenha comunicado a Robert Kennedy, secretário assistente da Casa Branca (e irmão de JFK), a importância de acalmar a situação política da região. E mais: reconheceu o empenho do cônsul Edward Walters de ter, inclusive materialmente, contribuído em momentos críticos da APP, sobretudo “na parte que almeja reduzir pressões sociais em áreas de agitação política”³⁶.

As possíveis barreiras para agilizar estas contribuições materiais advindas da APP levantou preocupações para as dirigências políticas locais de acordo com o que fora descoberto pela imprensa em fevereiro daquele mesmo ano, quando alguns jornais tiveram acesso a um relatório do comitê de coordenação do programa que revelava um mapeamento dos investimentos estadunidenses de emergência no Brasil. Este mapeamento desvelava o que as forças políticas – aí incluídos os latifundiários – nordestinas consideravam pouquíssimo

³⁴ WALTERS, E. T. *Political views of Pernambuco governor Cid Sampaio*, relatório de 01 de abril de 1962. NARA, rolo 06, 732-001/5-1261-732.13/5-3162, slide 946. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

³⁵ RABIDA, Albert A. *Military estimate of the Peasant Leagues*, memorando de 03 de janeiro de 1961. NARA, rolo 02, 73200/92060-73200/702861, slide 570. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

³⁶ ARIAS, Eugene D. *Child slain in fracas following meet of Ligas Camponesas*, telegrama de 29 de outubro de 1962, NARA, rolo 10, 832.00/10-1361-832.00/10-962, slide 887. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

investimento na região Nordeste, preterida pelo Centro-Sul. Com isso, informavam os jornais, estados como São Paulo e Rio de Janeiro receberiam maiores investimentos do que Pernambuco e outros estados do Nordeste, onde o desafio de conter as mazelas instigadoras da “subversão” era mais penoso³⁷. Repetia-se nessa dinâmica a mesma existente entre poder regional e central.

Somava-se a isso a violência dos latifundiários aos trabalhadores rurais organizados, algo bastante criticado pelos coordenadores estadunidenses da APP e dos embaixadores no Brasil, reforçando que o programa deveria também evitar conflitos como o que em abril de 1962 tirou a vida de uma criança de 12 anos em Surubim, interior de Pernambuco. A criança apenas observava uma reunião pública das Ligas Camponesas na cidade, quando foi atingida por uma bala perdida que, segundo testemunha, era endereçada aos camponeses. O autor dos disparos fora um jagunço próximo a fazendeiros descontentes com a presença da Liga em seu território. A imprensa local teve outra visão dos acontecimentos: os disparos teriam se originado de armas dos camponeses. Eugene Delgado Arias, do consulado em Recife, referiu-se ao episódio como “mais recente ilustração das convicções de alguns proprietários de terra que sugerem a violência como forma efetiva de deter as Ligas Camponesas e seus objetivos”³⁸, deixando claro que visão ele aceitou como verdadeira.

Este tipo de violência era marcante nas relações entre as forças políticas pernambucanas e os trabalhadores rurais organizados em torno das Ligas, circunscrevendo um momento de importantes mudanças no Brasil. É, por um lado, imagem da crise política pela qual passava o país, que chegava até o sertão do Nordeste onde forças políticas acostumadas a serem hegemônicas sentiam estremecer seus alicerces e, por outro, consequência da ameaça que as Ligas representavam às estruturas que possibilitavam a ordem vigente, na qual a posição que os trabalhadores rurais ocupava era análoga à servidão.

Dentro de uma atmosfera na qual a chegada do socialismo a Cuba representava para os EUA, durante um dos pontos altos da Guerra Fria, uma grande perda em seus territórios de influência, Pernambuco e o Nordeste foram cautelosamente vigiados por sua situação de grave pobreza onde germinava algum potencial de revolta social. O medo dos EUA era de que essa revolta fosse levada a níveis incontroláveis, capazes de transformar a

³⁷ HUMPHREY, Hubert H. *Public opinion apprehensive over exclusion from “Alliance for Progress” emergency projects*, memorando de 09 de agosto de 1962. NARA, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, slide 865. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

³⁸ ARIAS, Eugene D. *Child slain in fracas following meet of Ligas Camponesas*, telegrama de 29 de outubro de 1962, NARA, rolo 10, 832.00/10-1361-832.00/10-962, slide 887. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

região em uma nova Cuba por onde o socialismo soviético entraria no Brasil. Impedir isso sem descumprir os princípios da não-intervenção acordados pela OEA era um desafio a ser quebrado pela APP, que tentava (sem grande sucesso) mascarar o caráter ideológico do auxílio estadunidense ao Brasil e ao Nordeste. Este exercício pressupunha a necessidade de reforçar ou de estabelecer uma nova hegemonia sobre a região.

Hegemonia estadunidense e hegemônias nordestinas tensionadas

Há entre muitos historiadores das relações Brasil-EUA – especialmente entre os historiadores estadunidenses – a ideia de que as relações internacionais são presumivelmente guiadas pela influência de Washington após a Segunda Guerra Mundial, um equívoco que ignora as tensões e oscilações nas trocas entre países em detrimento do efetivo lugar de potência ocupado pelos EUA no Ocidente. Isso acaba permitindo com que prevaleçam visões centristas, por meio das quais estes historiadores acreditam que as relações internacionais e suas políticas são simples resultado dos interesses estadunidenses, de suas vontades políticas internas, ignorando as complexidades das imposições externas que influenciam nas decisões do país³⁹.

Este tipo de análise, muito difundida e aceita academicamente, leva-nos a crer que as decisões tomadas pelos EUA eram impostas de forma incontornável pelos países dependentes dele, ou localizados em uma posição periférica em relação aos grandes centros de decisão, como o Brasil dos anos 1960. É claro que, quando desejaram, os EUA encontraram meios de impor sua vontade e a de seus parceiros ao redor do globo, inclusive por meio de intervenções militares. Não há dúvidas de que a influência política, cultural e econômica do país foi forte e, por vezes, decisiva sobre as nações submetidas à sua dirigência. Porém, devemos ser cautelosos e compreendermos as clivagens de alguns processos para, de um lado, observarmos como os EUA encontravam meios de burlar intervenções explícitas e preservar sua imagem democrática e, de outro, o papel das forças políticas internacionais (neste caso, a brasileira) para facilitar esse processo e extrair dele os benefícios necessários à sua própria preservação.

Neste sentido, hegemonia é um importante conceito para se compreender o papel da APP para a preservação de um modelo de sociedade interessante aos EUA e ao quadro

³⁹ McMAHON, Robert J. The study of American foreign relations: national history or international history? In: HOGAN, Michael J.; PATERSON, Thomas G (org.). *Explaining the history of American foreign relations*. New York: Cambridge University Press, 1991.

político ocidental naquele momento. Quando uma determinada força política ascende ao poder, assim o faz quebrando a hegemonia anterior. Esta pode ser entendida como uma rede de sustentação da superestrutura vigente – ou seja, dos costumes, da cultura, dos modos de socialização, portanto do aparato simbólico de uma sociedade – ou em vias de se estabelecer. É a combinação harmoniosa entre o poder de coerção do Estado e o consenso de todas as classes quanto às definições de poder, de comportamento e de regimes sociais. A hegemonia se estabelece quando todos estes fatores estão em equilíbrio. A partir do momento em que o Estado impõe o uso da força para regular a perda de consenso popular, sabemos que uma hegemonia está em crise⁴⁰.

Embora Antonio Gramsci, acima referenciado, estivesse tratando de um modelo específico de hegemonia, sua perspectiva sobre tal conceito pode ser funcional ao objetivo de pensarmos como os EUA, em meio a uma crise do predomínio democrático e liberal no hemisfério, agiram para manter sua rede de apoio na América Latina. Parte do empreendimento desenvolvimentista direcionado a países pobres e parceiros históricos partiu de intelectuais interessados na manutenção desta coesão, de uma homogeneização, a ponto de desejarem expandi-la aos países do hemisfério. Neste ponto, a hegemonia da narrativa ideológica defendida pelos EUA poderia depender de como a América Latina aproximava-se da “subversão”. Portanto, embora dependesse de outras hegemonias, ou seja, das forças políticas do Nordeste e depois do Brasil, os EUA não mediram esforços para que qualquer abalo sísmico entre os países latino-americanos não destruísse a coesão de seu bloco histórico, qual seja, o de forças políticas alinhadas a perfis democráticos caros aos EUA. Com isso em vista, e temendo que as Ligas Camponesas fizessem força no sentido contrário por estarem sendo lideradas por nomes ligados à esquerda, a APP espalhava-se pela América Latina.

Já dissemos e reforçamos que o auxílio financeiro da APP aos projetos apresentados pelo Brasil buscando seu desenvolvimento não era um ato de benevolência. Interessava aos EUA desenvolver o Brasil desacreditando em sua capacidade de independência e enfrentando seu não-alinhamento frente aos antagonistas da Guerra Fria (o que ferveu com a chegada de Jango ao poder), para colocá-lo na dinâmica mundial da industrialização, criar uma barganha para tornar o Brasil dependente de suas exigências ideológicas e impedir a disseminação do socialismo (mesmo que este último aspecto fosse deixado em segundo plano pelos lobistas do programa quando o apresentavam). Isso faz sentido se pensarmos que o autoritarismo vinha há muito sendo rechaçado pelas forças

⁴⁰ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* – v. 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999.

beligerantes que haviam derrotado os fascismos há menos de vinte anos. Como, então, os EUA fariam frente à URSS em seu intuito de espalhar seus interesses e a adesão a eles pelo mundo?

Embora EUA e URSS tenham apoiado conflitos bélicos em diversas partes do mundo desde antes dos anos 1960 (a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietnã, a invasão da Baía dos Porcos em Cuba), inclusive por meio da disponibilização e organização de contingentes humanos e armamentos, ambos sabiam que a disputa ideológica e a prevenção da chegada de uma ou outra bandeira aos países do mundo faziam toda a diferença. Surge aí a necessidade dos EUA fazerem o que foi possível comprovarmos nos documentos aqui analisados: criar pilares para a sua hegemonia, para a hegemonia de seus preceitos ideológicos.

Lincoln Gordon⁴¹ assinalou que estes preceitos não eram meramente estadunidenses, mas de toda a América, fosse no Norte ou no Sul. Sendo assim, era incumbência de todos os países do hemisfério lutarem pelos valores cristãos e liberais, mas não só isso. Lutarem para reconhecer que os EUA, por sua rápida modernização (e por sua vocação), capitanearia o desenvolvimento e a cooperação entre os Estados. Por isso, era fundamental aliar-se aos EUA, a grande potência ocidental, a qualquer custo, mesmo o da dependência. Estabelecia-se uma clara necessidade de relacionamento paternalista para com a América Latina vislumbrada pelas elites políticas do Nordeste. Porém, era necessário travestir essa relação como se fosse uma forma de garantir a autonomia destas dirigências, reafirmando seu poder local. Grosso modo, buscou fazer com que as forças políticas nordestinas acreditassem ser parte de um patamar político semelhante ao das elites estadunidenses, pois cumpririam um papel semelhante em diferentes realidades sociopolíticas.

Eis aí um problema a ser averiguado: qual o limite da relação de subalternidade do Brasil diante de uma hegemonia estadunidense? Essa hegemonia ocorre, mas somente em decorrência dos interesses das dirigências políticas brasileiras, cuja própria hegemonia subjuga outros grupos sociais. Não devemos confundir os dirigentes políticos brasileiros com as classes subalternas: tal condição somente existiu (e existe) na dinâmica internacional, mesmo que por vezes esta dinâmica não seja estanque, resumida ao poder imperialista estadunidense sem qualquer resistência. No entanto, no Nordeste brasileiro dos anos 1960 essa aproximação funcionou no sentido de (concluindo que a região era específica no cenário latino-americano) implementar a hegemonia estadunidense criando uma rede de apoio com as elites nordestinas.

⁴¹ GORDON, op. cit.

Criar esta rede levou os EUA a tomarem medidas extremas. É sabido que, por exemplo, o país forneceu verbas exorbitantes aos estados nordestinos com a justificativa de desenvolvê-los usando a APP, mas também abusou de investimentos irregulares, atravessando a autoridade da SUDENE, para campanhas de políticos que estavam decididos a erradicar os movimentos rurais considerados subversivos para benefício próprio e, proporcionalmente, para defender interesses dos EUA, sendo um deles o isolamento de Jango. Porém:

Tanto quanto o financiamento da campanha dos candidatos ao pleito de 1962, também era totalmente irregular o direcionamento de recursos financeiros para os governos estaduais, que o governo de Kennedy adotou, ultrapassando a autoridade do governo federal e caracterizando uma intromissão descabida. Segundo o embaixador Lincoln Gordon, tal política foi sugerida pela CIA e ele a endossou. Ele gostava de inventar nomes criativos, e, assim, identificou os governos estaduais beneficiados como “ilhas de sanidade” ou “ilhas de sanidade administrativas”⁴².

O financiamento de campanhas de políticos brasileiros pelos EUA, após o desgaste da APP em tentar desenvolver a região Nordeste obtendo pouco sucesso em impedir o crescimento de movimentos sociais organizados, é parte dessa tentativa de catapultar sua direção até as administrações de políticos terceiros, confiando que eles darão suporte ao que queriam os EUA. Este fato pretendia elevar a capacidade de direção estadunidense, de conquistar alianças, fornecer uma base social para a sua hegemonia – ou a hegemonia dos preceitos políticos que defendia –, recompensando as elites locais, deixando-as à sua disposição e usando sua influência para manter uma importante parte do país sob sua égide.

Porém, precisamos notar que embora boa parte das elites políticas ou econômicas do Nordeste não desejassem a presença das Ligas Camponesas; e que, aparentemente sem ajuda do poder central, sufocar os levantes de trabalhadores rurais tornava-se penoso, estas elites encontraram na APP um meio de conseguir dos EUA não apenas mais um recurso que legitimasse seu poder a nível nacional (mais ainda diante da impopularidade de Jango entre as elites de um modo geral), mas nas relações entre os dois países. Se estas mesmas elites usavam a seca como forma de requerer do governo federal recursos que raramente chegavam aos mais prejudicados por elas, não é surpresa que tenham insistido na alternativa financeira dada pela APP e pela administração Kennedy. O dinheiro e a proximidade estadunidense garantiriam a força necessária às elites, de certa forma submetendo os EUA a uma posição de negociação não muito desejada. Uma posição paternalista com a qual as elites nordestinas já estavam acostumadas.

⁴² FICO, op. cit., p. 78.

Foi isso que a APP ajudou a revelar: a necessidade estadunidense de fortalecer sua hegemonia internacional e a das elites nordestinas em fortalecerem sua hegemonia local e sua legitimidade nacional. Juntos, criaram uma rede paternalista que não só reforçaria seus poderes, mas faria cair por terra concepções de que a política estadunidense em sua ânsia por hegemonia não só age no sentido da coerção, da imposição bélica e vertical de seus interesses, mas também no tensionamento de seu próprio poder. Sua sede em revitalizá-lo passou, ao menos no caso aqui analisado, pela revitalização do poder de outras hegemonias.

Considerações finais

A importância dada às Ligas Camponesas pelos EUA decorreu de sua afronta às estruturas latifundiárias que as colocavam em posição quase servil; da preocupação que gerava à elite política próxima ou integrante do sistema latifundiário; e, principalmente, por serem permeadas por políticos simpáticos a Cuba que, desde 1959, se tornara o bastião do socialismo na América Latina. A organização daqueles trabalhadores rurais foi vista como dotada de força suficiente para reproduzir no Nordeste, a partir de Pernambuco, algo semelhante ao ocorrido na ilha caribenha. Os EUA estavam convictos dessa possibilidade. Do contrário, as Ligas jamais entrariam no jogo de “cabo de guerra” da Guerra Fria, sendo disputada pelos EUA e por seus antagonistas.

Esta é uma conclusão importante: não é possível pensar o interesse dos EUA no Nordeste brasileiro sem pensar que 1) as Ligas Camponesas constituíam a maior ameaça à hegemonia das elites locais; 2) estas elites, dentro de uma dinâmica política nacional específica na qual possuía certa autonomia, trocaria o apoio aos EUA por apoio deles aos seus projetos; e 3) que sem este relacionamento, seria extremamente difícil para os EUA estenderem sua rede de colaboração em nome da coesão de seu bloco, em nome da estruturação de suas forças e de sua capacidade de hegemonia. Seria necessário incorporar um pouco da lógica paternalista já existente entre as elites nordestinas. Para estas dirigências políticas nordestinas da época, acabou sendo mais interessante receber ajuda financeira dos EUA para manter seus privilégios e sua hegemonia a nível regional, do que contestar a dirigência estadunidense sombreada por seu assistencialismo modernizador instigado pela APP.

Vemos aqui um exemplo claro de que, em primeiro lugar, as relações dos EUA com outros países não se baseavam unicamente nas decisões de Washington: as forças políticas nordestinas conseguiram, à sua maneira, barganhar com os EUA o reforço de seus

interesses de forma mútua. Desta dinâmica, as dirigências nordestinas conseguiram muito do que desejavam, sobretudo autonomia. Em segundo, de que a formação nacional brasileira, a autonomia de certos poderes locais e sua relação com o poder central facilitou não somente uma aproximação dos EUA, mas os contornos paternalistas dela.

Sem as Ligas Camponesas, dificilmente o *Department of State* e a CIA preocupar-se-iam em demasia com Pernambuco ou com o Nordeste como um todo, deixado para trás os interesses políticos do “bloco nordestino”. Fica mais do que claro como os documentos relatam sua importância como fator desestabilizador da tendência brasileira a assumir um alinhamento com os EUA, dadas as históricas relações entre os dois países. Claro que devemos sempre estabelecer uma crítica aos documentos, sobretudo os oficiais, para que nossa narrativa não caia em concepções prévias e em conclusões rasas. Porém, por meio deles podemos ver o que foi pensado e articulado para garantir que as visões de mundo pensadas pelos EUA como referências a serem seguidas não fossem perdidas de vista por seus mais vastos aliados.

O Brasil, bem como os países da América Latina de um modo geral, não passou por um processo de enraizamento do liberalismo burguês como o dos EUA, embora a Proclamação da República se revestisse desta aura. Não houve aqui uma ampliação das diretrizes mais profundas deste conjunto de caminhos proposto por tal ideário. Concessões foram feitas a este espírito com o passar do tempo, na medida em que o capitalismo globalizava-se. Temos desde a década de 1960 uma economia que mesmo nas regiões mais atrasadas, mais distantes das inovações globais, funciona sob a ordem econômica do capitalismo ocidental. Contudo, as estruturas sociopolíticas do Brasil, mais precisamente do Nordeste e mais especificamente da zona rural desta região, foram mantidas, mesmo indo de encontro às teorias do desenvolvimento com as quais as democracias liberais se sustentavam e as quais buscavam disseminar para evitar a expansão socialista. A economia desta região era, até certa medida, inclinada ao liberalismo; os costumes, por sua vez, eram substancialmente incompatíveis com as mudanças necessárias a uma adequação em termos mais globais, como eram os modelos desenvolvidos do tão aclamado Mundo Ocidental. Desta forma, os modos de proceder das antigas aristocracias no âmbito social permaneceram de forma intensa, mesmo que adaptados a uma nova realidade histórica.

É fundamental pensarmos nisso para compreendermos o que os EUA encontraram no Nordeste do Brasil desde que ele se tornou um dos alvos centrais da APP. Tamanha dissonância com as experiências anteriores, sobretudo a do Plano Marshall, levaria os EUA a uma teia de relações extremamente complexas, sobre as quais acabaram utilizando visões e

análises bastante engessadas. Por mais que consulados e embaixadas, além de responsáveis analistas políticos, estivessem no Brasil acompanhando o que estava acontecendo nos primeiros anos após a Revolução Cubana, era difícil compreender os meandros da política nacional em poucos anos. Menos ainda quando este tipo de reconhecimento tomava ares de urgência depois de 1959.

Além dos EUA, as forças políticas nordestinas, consubstanciadas com as elites agrárias e regionalistas, compreendiam o Nordeste como região diferenciada. Não somente a partir do início dos anos 1960, mas desde meados dos anos 1920. Esta distinção era pautada em uma identidade tributária a um modelo social em franco declínio, algo que somente foi modificado quando os trabalhadores pobres assumiram esta identidade, transformaram-na em emblema de sua luta e instituíram meios de conquistar ganhos efetivos. A pobreza virou arma de luta dos pobres. As Ligas Camponesas foram simbólicas para este processo.

Ulterior a isto veio a providência tomada pelos EUA, concretizada nos esforços da APP. Este projeto, que interessava sobremaneira às elites agrárias e às forças políticas alinhadas aos seus interesses – quando não eram ambas a mesma coisa –, veio de um choque, de uma surpresa, representada pela Revolução Cubana. Aquilo poderia se repetir? Pensavam os estrategistas estadunidenses. Quando conheceram o Nordeste, mesmo insistindo em obscurecer suas especificidades com comparações a Cuba, pensaram que a resposta era sim. Sem o desenrolar da Guerra Fria e o alerta que soava no hemisfério, a APP provavelmente jamais teria sido forjada.